

## ENTREVISTA COM LUÍS FELIPE DE ALENCASTRO (\*)

**IEB:** O Brasil teve sempre uma tradição presidencialista, e quando falo nisso imediatamente me ocorre a tradição positivista, do Sul, a influência da Carta dos Estados Unidos. Eu gostaria de saber a razão dessa tradição no Brasil e juntar esta com outra pergunta que é a seguinte: parece-lhe válida ainda hoje a tendência que se manifesta de atribuir ao regime presidencialista maior eficiência? Gostaria que o senhor me contasse um pouco sobre essa tradição republicana e a continuação no presente.

**R.:** Eu acho que para entender um pouco a tradição presidencialista no Brasil é preciso lembrar que nós tivemos antes um regime parlamentarista que foi, além disso, o único regime do mundo a implementar o Poder Moderador, conferindo bastante poder ao Imperador. Houve, então uma personalização muito grande do poder, sobretudo no segundo Reinado que durou 49 anos.

Essa personalização do poder, que Nabuco criticava muito, embora sendo monarquista, já era um traço do regime, desde a Independência. Quando se pensava em mudar o regime do parlamentarismo para o presidencialismo no último quartel do século passado, estava excluído que o Presidente fosse uma figura decorativa, eleito indiretamente, esse tipo de coisa. Isso também está ligado ao fato de que, no Brasil, o Estado apareceu bem antes da Nação, isto é, já havia uma burocracia imperial e um aparato estatal funcionando com uma visão global do país, uma visão de necessidade histórica do Estado brasileiro, muito antes do povo, e até das oligarquias, se entenderem e se verem como brasileiros. O engajamento político, a percepção política do país real,

\* Historiador, pesquisador do Cebrap e Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

da sociedade fora do Estado, nascia e morria na política regional. A guerra do Paraguai mudou um pouco isso. Provavelmente foi a primeira vez que o povo teve um visão concreta de que formava um país inteiro e que o conflito não era um conflito do Rio Grande do Sul contra o Paraguai, mas que havia tropas e soldados de outros lugares, da pátria, etc. Foi a primeira vez, mas era muito tênue a idéia de uma filiação a um só país, a uma só população. Eu acho que esse é o primeiro ponto: a tradição presidencialista, na realidade, continua um pouco esse esquema de personalização do poder.

Nessa tradição, a primeira coisa a assinalar é que o debate sobre a mudança do parlamentarismo imperial para o presidencialismo republicano, foi muito mais profundo e muito mais sério do que o debate que está havendo agora, quando se pretende mudar o presidencialismo para o parlamentarismo. O debate começou em 1870, 1880, sobre a mudança de regime, envolveu todos os grandes nomes do país: Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Nabuco, Sílvio Romero. Discutiu-se a questão a fundo. Era uma elite política viajada, muito bem informada e que comparou, estudou, as diversas reformas constitucionais européias e americanas. Mesmo dentro da tradição elitista, houve uma considerável informação e debate sobre as questões, não digo no povo, porque não era o caso, e não havia um sistema eleitoral tão extenso assim, mas houve um debate consistente na classe política. Não é o caso agora. Esse é o primeiro ponto a ser tomado em conta. Há hoje em dia uma evidente dissimulação — escolho esta palavra forte de propósito — dos problemas que essa mudança institucional acarretará no país.

Não é só o eleitorado que não está sendo informado. Muitos poucos candidatos informam que esta Câmara e este Senado é que vão eventualmente indicar, em 93, o Primeiro-Ministro, se o parlamentarismo for aprovado em 93. A proposta do deputado José Serra pretende antecipar para 92 este plebiscito. O PMDB e o deputado Ulysses Guimarães também aderiram a esta proposta. As razões dessa antecipação são, de um certo ponto de vista, legítimas, mas o fato é que a antecipação de plebiscito torna ainda mais gritante a indigência do debate atual. Acho que está havendo uma "dissimulação" porque eu penso que, por exemplo, os eleitores dos candidatos Mário Covas, José Richa e Pimenta da Veiga, ignoram totalmente que a eventual eleição desses governadores e dos outros governadores tucanos, no país, levará a uma acentuação da pressão parlamentarista e no final levará à extinção do próprio cargo de governador, tal como ele existe hoje.

**IEB:** Se for aprovado, no plebiscito de 93, o parlamentarismo, precisaria haver modificações profundas também nos governos estaduais?

**R.:** Claro! Este é o ponto. Há outro mal-entendido grave: o artigo 20 das disposições transitórias, determinando o plebiscito em 93, só fala de parlamentarismo ou presidencialismo. É o regime chamado semi-presidencialista. Há um presidente eleito pelo sufrágio universal e direto ao lado do Primeiro-Ministro. Então, o regime que se pre-

tende instalar aqui não existe no mundo inteiro. Não é nem parlamentarista intrinsecamente. Ele é um regime híbrido, com particularidades bem definidas e só existe, em 6 países do mundo: em Portugal, desde 76, na França, desde 62, na Islândia, desde 45, na Irlanda, desde 37, na Áustria, desde 29 e na Finlândia desde 1919. Então, são só 6 países no mundo.

**IEB:** Qual seria a posição do presidente, quais seriam suas atribuições e as do Primeiro-Ministro?

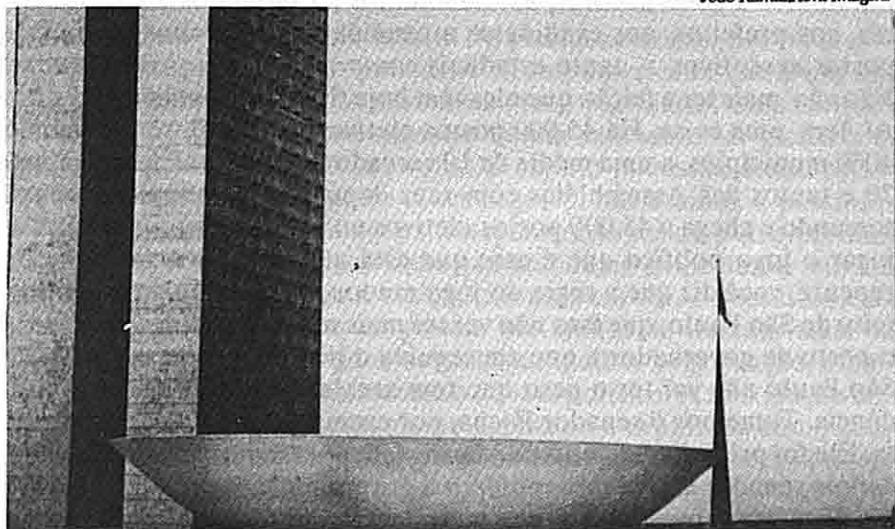
**R.:** O Presidente está investido da representação, de toda a autonomia, que lhe é dada pelo sufrágio universal direto. É muito diferente de outras dezenas de casos de regimes parlamentaristas, onde o presidente é eleito indiretamente, por um Colégio Eleitoral. E neste caso nem precisa ser presidente, pode ser até rei, imperador, não tem importância a característica do regime no caso do parlamentarismo clássico, porque o presidente, imperador, rei ou que for, manda pouco. A totalidade do poder está nas mãos do Parlamento, do Primeiro-Ministro e do Gabinete Ministerial, (quando se trata de democracias, é claro). Nos regimes semipresidenciais, onde o presidente é eleito por sufrágio universal e direto, pelo corpo eleitoral e o Primeiro-Ministro sai de um parlamento também eleito pelo corpo eleitoral, a definição das fronteiras do poder de cada um é muito difícil de ser feita e alguns países, alguns regimes, nem a fizeram ainda direito. Na França, não foi feito ainda direito. Quando o presidente Mitterand, de 81 a 86, tinha Chirac como Primeiro-Ministro — o presidente de esquerda, o Primeiro-Ministro de direita, conservador — houve muitos problemas, inclusive problemas cômicos, de competência constitucional. E na França o regime já estava funcionando, como já disse, desde 62, e em 86 ainda deu este rolo. É claro que não deu em golpe de Estado, nem nada, porque a democracia estava assentada. Não é fácil essa coabitação, como também não foi nada fácil em Portugal, quando o general Ramalho Eanes era o presidente da República. Estão se definindo estas fronteiras. Então o problema está na definição de quem faz o quê, nessa diarquia, nesse regime bipolar que é o semi-presidencialismo onde ocorrem complexidades sobre as quais estamos sendo suficientemente advertidos. Há outros dados. Esses países todos — vamos nos concentrar nesses 6 países que citei — já tinham tradição ou máquina parlamentarista bem montada e só introduziram a eleição presidencial direta. Quer dizer, criou-se um casulozinho, um palácio, onde se pôs um presidente eleito e ele foi se ajeitando lá dentro com sua equipe, frente a uma máquina parlamentarista que já foi montada, que já existia.

**IEB:** Mas este seria o modelo proposto para o Brasil?

**R.:** A menos que se pretenda extinguir a eleição presidencial direta. E voltar como era antes, ao tempo do regime militar. E acho que isso não passa pela cabeça de ninguém. Aliás quem é parlamentarista, como o PSDB, que faz do parlamentarismo um ponto dogmático de seu programa, tinha obrigação de já ter arbitrado e decidido qual modelo

que convém melhor ao nosso país. Isto não está dito, não está escrito, porque há muitas opiniões diferentes. Quem tem o ônus de dar a prova de que a coisa vai funcionar, é quem está propondo a reforma, quem faz disso uma questão dogmática e partidária. Os tucanos foram o único partido que tiveram uma postura dogmática na questão do parlamentarismo. Eles deveriam estar detalhando, medindo, explicando essa questão. Ora, até a própria essência do regime, isto é, se propõem o parlamentarismo clássico ou semipresidencialismo, ainda não foi definida.

João Ramal/Abril Imagens



*O Parlamento em Brasília*

Eu disse que nenhum desses seis países tinha vindo do presidencialismo para o parlamentarismo. Todos já tinham um fundo parlamentarista e criaram o presidencialismo. O Brasil é o único que vai sair do presidencialismo para criar uma máquina parlamentarista. O que é uma operação infinitamente mais complicada do que a inversa que eu acabo de citar. Outra coisa importante, que não existe nesses países, e só existe aqui, é o federalismo em três níveis: município, Estado e União. Nenhum dos outros seis tem. São todos países muito centralizados administrativamente e politicamente. Não há praticamente margem de manobra para um presidente manipular um governador ou um prefeito porque as lideranças políticas nascem, crescem e morrem no Parlamento, não em postos executivos estaduais e municipais. Ora, parece óbvio que para instalar o parlamentarismo no governo federal, é preciso instalá-lo também nos governos estaduais e municipais se não, Minas, São Paulo e Rio, ou São Paulo sozinho, vão controlar o país. Por que? Porque, se continuar como está, e se houver Primeiro-Ministro ao lado de um presidente, o governador de São Paulo vai ter duas vantagens que os dois outros não têm: ele vai ter um mandato fixo, de 4 anos, e a totalidade do poder do Estado. Ele não vai dividir o poder com a Assembléia estadual. Em face de no Governo Federal haver um Primeiro-Ministro que não tem um mandato fixo. Pode ser derrubado com uma moção de censura. O governo não é derrubado

com uma moção de censura. Por outro lado, há o presidente: este tem um mandato fixo mas não tem a totalidade do poder, porque ele divide o poder com o Primeiro-Ministro. Então o governador vai ter um trunfo que é o peso do Estado fazendo pressão sobre o governo federal. Mais a bancada do Estado de São Paulo jogando do lado do governador. Isto desequilibra inteiramente o sistema.

Isso é outra coisa que também não está discutida. Quem está propondo o sistema parlamentarista tem que avisar aos governadores, aos candidatos a governadores, aos candidatos a candidatos a governadores, aos prefeitos, aos candidatos a candidatos a prefeitos, que esses postos executivos — tanto estaduais como municipais — vão mudar. Não vão mais ter a feição que eles têm hoje. Isso também não está dito. Aí, tem uma coisa. Há 45.000 postos eletivos no Brasil, se você conta 4000 municípios, a uma média de 10 vereadores por município, mais os 20 e tantos das Assembléias com seus deputados estaduais, você vai somando e chega a 45.000 postos eletivos no Brasil. Essa gente só sabe jogar o jogo político que é esse que está aí, o presidencialismo. De repente, você diz que a regra do jogo mudou, que não adianta ser prefeito de São Paulo, que isso não vai ser mais um trampolim seguro para o posto de governador e que em seguida o posto de ex-governador de São Paulo não vai ter o peso que tem atualmente na corrida à Presidência. Tomemos o senador Richa, por exemplo, que é parlamentarista. Ele foi primeiro prefeito de Maringá, depois governador do Paraná, depois senador e agora é candidato a governador. O prefeito atual de Maringá pensa que pode fazer a mesma carreira. Ora, ele precisa saber que não vai ser mais assim. Toda essa classe de profissionais da política vai ter que aprender a jogar um outro jogo. Isso pode destrambelhar toda a mecânica política tradicional no Brasil que, mesmo sendo medíocre, é o suporte da democracia da disputa eleitoral. Temos um sistema político que funciona meio mal, mas funciona, tem uma dinâmica própria. Se mudar a regra do jogo, você não sabe em que vai dar isso. Essa é, no fundo, a minha divergência com as sugestões da reforma parlamentarista. Acho que as mudanças que vão ser encadeadas e que estão subjacentes na introdução do semipresidencialismo e do parlamentarismo são muito complicadas: redefinição do papel do Senado, do papel dos vice-presidentes, vice-governadores, vice-prefeitos, a redefinição destes postos todos, a necessidade de criar o voto distrital, que é uma coisa urgente, da possibilidade de dissolução do Parlamento, da obrigatoriedade de mandato parlamentar para ascender ao cargo de ministro, da correção da desigualdade da representação dos Estados, na Câmara Federal, enfim, todas essas mudanças que são pré-condições para que o regime funcione de maneira adequada. Se elas não existem e se introduz o parlamentarismo antes delas estarem existindo, isso já nasce deformado e joga o país num túnel de reformas institucionais que pode durar 10 anos. Isso nos leva a um grande tumulto institucional, ao lado do tumulto econômico. Penso que se trata de um risco um pouco alto demais e uma aposta aventureira, garantida apenas pela crença de que no final, tudo vai dar certo.

Cabe ainda notar que o regime presidencialista que está agora aí não é a restauração do regime presidencialista que existia antes de 64, porque a nova Constituição deu muito mais poderes ao Congresso. Se o Congresso usasse todos os seus privilégios, todas as suas prerrogativas constitucionais, ele tenderia a ter muito mais poder do que anteriormente, antes de 64. O Congresso tem muito mais poderes constitucionais, não tem os poderes políticos porque ainda não quis usar essas prerrogativas, e elas são muito novas mas tenderão a ser preenchidas por um Congresso mais combativo.

Por outro lado, o grande defeito do presidencialismo pré-64 era — fato de ser cópia direta do presidencialismo americano que é um sistema bi-partidário e aqui é um sistema multi-partidário. Com eleições de um turno resultava neste tumulto de um candidato ser eleito com maioria simples. Com 30% de votos, o sujeito podia ser eleito presidente, governador ou prefeito e, em seguida, havia ainda a possibilidade do vice ser eleito em chapa independente, ser de outro partido. Este defeito deu origem à confusão que acabou no golpe de 64. Isto até agora acabou, porque com a eleição em dois turnos, o presidente, os governadores, os políticos só podem ser eleitos se tiverem mais da metade dos votos. Os partidos deverão ter melhor organização, alianças mais claras, o que civiliza muito o debate político. A introdução dos dois turnos não foi suficientemente explicada e explorada como condição essencial do funcionamento da democracia. Em 85, num voto até meio fraudado porque foi quando atuaram os "pianistas", o Congresso recusou, por uma maioria de 5 votos, o sistema de dois turnos para a eleição municipal de novembro de 85, nas capitais. A medida entrou em vigor, na eleição presidencial em 1989. Quer dizer, em vez de começar a praticar os dois turnos por baixo, nos municípios, depois nos estados e depois na Presidência, o que teria dado um maior aprendizado e experiência ao eleitorado, aos partidos e aos políticos, o sistema foi implantado direto na eleição presidencial. Como esta eleição foi ganha por um candidato com um partido fajuto, vindo de um estado insignificante, um candidato populista, cesarista, que nem quis saber de discussão com os partidos do bloco dele, de alianças políticas, o sistema de dois turnos foi pervertido logo de cara. Quer dizer se no 2º turno você está agregando um eleitorado que não é o seu e que manifestou já sua opinião no 1º turno, você precisa discutir com lideranças deste eleitorado. Por isso, deve-se redefinir a posição do vice, porque você tem que poder mudar o vice entre o 1º e 2º turno. Até para fazer alianças é necessário poder mudá-lo porque entre um turno e outro o vice do 1º turno é bananeira que já deu cacho. A legislação ainda não permite isso. Então, continua a haver muitos empecilhos ao bom funcionamento do 2º turno.

**IEB:** Então o senhor acha que, do ponto de vista conjuntural o mais importante agora é solidificar o presidencialismo nascente?

**R.:** Penso que sim. Acho que essa nova forma de presidencialismo que nós temos com o Congresso dispondo de mais prerrogativa e com

2 turnos não deu o que tinha de dar na reforma dos costumes políticos. Mas a legislação eleitoral precisa ser também modernizada. O atual sistema de governo deve ser completado pelo voto distrital, que é uma coisa muito importante. Agora, eu acho que botar tudo o que está funcionando nas costas do presidencialismo, e propor o parlamentarismo como solução miraculosa, sem explicar as implicações dessa mudança e as complicações desta mudança não só para o eleitorado mas até para os políticos, é meio barra.

Acho até que é importante que sua Revista não coloque os presidencialistas contra os parlamentaristas. A questão é mais complicada do que isso. Como eu disse, o parlamentarismo está sendo vangloriado pela dogmática certeza em sua eficácia enquanto o presidencialismo está sendo atacado como uma total e definitiva aberração. Na realidade a divergência se dá em torno da análise custo/benefício dessa mudança institucional. É isto que está havendo. Nessa fase de transição para a democracia, do autoritarismo para a democracia, jogar uma reforma dessa em cima do país, é uma complicação muito grande. Eu acho que o PSDB se envolveu numa proposta programática muito mais complicada do que ele sugere pois o seu programa partidário não detalha essa proposta, não diz como a gente chega lá. O volume 6 da série Documentos Partidários do PSDB, editado em Brasília em 1989 trata em pouco mais de 20 linhas o assunto do parlamentarismo, e o faz num nível de generalidade que não dá nem para entender se é parlamentarismo ou semi-presidencialismo.

IEB: E quanto ao voto distrital, qual é a sua opinião?

R.: E aí vem a questão do voto distrital. O voto distrital é o seguinte: cada distrito aqui em São Paulo, por exemplo escolhe o seu deputado. São Paulo terá 80 deputados que serão eleitos por distrito com 600.000 eleitores cada um, por exemplo, Vila Mariana, digamos é um distrito. Aí faz a fronteira que vai até lá, à Paulista, o Ibirapuera; Paraíso é outro distrito. Carapicuíba outro, Araçatuba outro e vai em frente.

IEB: Parece mais democrático...

R.: Parece mais democrático porque você tem identificação com os interesses da região, do contexto, daquele grupo sócio-econômico com aquele deputado, e ele vai defendê-los em Brasília. E não é essa coisa do sujeito ter voto aqui e lá em Araçatuba porque é pessoal do boi, e, porque tem família lá, aqui e na beira da praia... E aí, quem ele representa, o que ele representa? Só que para desenhar estes distritos é uma operação de alta precisão geográfica, política e sociológica. Você não pode ir traçando os distritos assim, senão dá uma mixórdia. Tem que haver um certo grau de homogeneidade que não é dado só pelo número hipotético de 60.000. No meio disso pode haver muita picaretagem, muita manipulação. A multissecular história do parlamento europeu, dos sistemas eleitorais europeus e até nos Estados Unidos onde também tem isso — o voto distrital —, está semeada de picaretagens políticas nascidas do casuismo na divisão dos distritos eleitorais. Você

tem fazendas numa região e pode conseguir que aquilo se transforme num distrito. Aí só é eleito gente de sua família ou quem você quiser. Por outro lado, você pode dividir um distrito, que tem uma certa homogeneidade política. Há, por exemplo, um distrito onde a maioria dos eleitores elegia o deputado do partido A. Mas se você dividir o distrito em 3 pedaços e juntá-los a outros distritos onde os eleitores do partido B são majoritários, você tira o deputado do partido A. Isso é uma coisa de cálculo muito fino, muito complicado, principalmente num país de migração interna como o Brasil. Ji-Paraná, em Rondônia — pegue o recenseamento de 1970, não tinha habitante e de repente, de um censo para o outro tem 120 mil habitantes em 1980. Quando se fala em voto distrital, que é uma reforma importante, e aí há uma convergência de opinião, creio eu, entre todos os democratas, não é assim, não é chegar em Brasília, lá no Congresso e dizer, vamos instalar o voto distrital. A questão tem que ser estudada e explicada desde já. De novo eu volto a bater no mesmo ponto: quem está propondo a mudança para o parlamentarismo não está dizendo o que tem de ser feito. Ao contrário: o que está sendo dito é que primeiro a gente instala o parlamentarismo, qualquer um, ninguém sabe se é o da França, se é o da Índia, o da Finlândia, não interessa... vai se instalar primeiro e depois vai dar tudo certo. Assim não dá. Eu acho que há um aventureirismo em tudo isso. Essa é a minha opinião.

**IEB:** Nesta última Assembléia, em que tivemos que definir a Constituição, a esquerda, ou certos grupos de esquerda, como o PDT e o PT, votaram a favor do presidencialismo. Gostaria que o senhor comentasse isso.

**R.:** O caso do PT é um caso um pouco à parte porque eles debateram isso muito superficialmente. O Weffort, por exemplo, é parlamentarista. Há uma parte deles que é parlamentarista, e que não se sentem muito satisfeitos com esta posição presidencialista. O próprio Lula depois, acho que mudou de idéia e hoje mostra-se favorável ao parlamentarismo. Enfim, há uma hesitação. Mas o fato é que essas questões não foram debatidas seriamente dentro do PT. O que também acho ruim. O PDT é pior ainda. O PDT foi, na Constituinte, a favor da forma mais primitiva de presidencialismo, que é o presidencialismo de um turno só. Os constituintes do PDT e o Brizola foram contra os dois turnos, que é uma coisa altamente civilizada e necessária. Então isso também não ajuda. Essa posição presidencialista do PDT, que é uma posição presidencialista, bonapartista, do populismo mais escrachado, não ajuda, como também não ajuda a posição não motivada, não fundamentada do PT.

**IEB:** No caso o motivo da escolha pelo presidencialismo era relativo às eleições do ano passado?

**R.:** É. Era muito imediato, estava muito em cima. Havia a preocupação com a precariedade com que estava sendo explicada a reforma parlamentarista. O próprio deputado José Serra escreveu um artigo em seguida na *Folha de S. Paulo*, reconhecendo que a reforma parla-

mentarista proposta na Comissão de Sistematização era inadequada. Era uma coisa mal feita. Foi muito bom, penso eu, que tivesse sido recusada.

**IEB:** É possível harmonizar o regime presidencialista a uma democracia política plena? Como o senhor vê o exemplo de outros países presidencialistas e democráticos?

**R.:** É uma questão importante. Frequentemente, o argumento é dado de que os Estados Unidos são o único presidencialista que deu certo, visto que todas as outras democracias são parlamentaristas. Isso é verdade, mas não dá para ser tomado como uma norma. Por que? Qual é o fundamento histórico do sistema político americano e dos outros regimes? É o seguinte: os outros regimes são parlamentaristas porque eles nasceram de monarquias que foram sendo comidas por dentro pelo Parlamento, às vezes com surtos revolucionários (como na Inglaterra, no século XVII e na França, no século XVIII) que cortaram o pescoço do rei. Quer dizer, ali a aristocracia, em aliança com a burguesia, reforçou o embrião parlamentar que já existia, e foi comendo por dentro a monarquia absoluta, foi digerindo e criando um parlamento forte. Noutros países se tratava de regimes herdados da monarquia medieval onde o rei tinha poucos poderes — que se tornaram oligarquias agrárias ou comerciais, que foram evoluindo pouco a pouco para o regime parlamentar, como é o caso da Holanda e da Suíça. Os Estados Unidos são presidencialistas, não são parlamentaristas, são exceção, porque justamente os Estados Unidos criaram um sistema político original, eles não saíram de nenhuma monarquia absoluta. Eles são os combatentes já republicanos, a vanguarda da burguesia inglesa do século XVII e XVIII que emigrou para os Estados Unidos e construiu a partir do modelo holandês (a Holanda já tinha um sistema republicano desde o final da Guerra de 30 anos, em 1648) esse sistema republicano, presidencialista, e federalista. O presidencialismo americano até veio depois da Independência: o governo federal no começo era uma coisa muito mais dependente do estado, era uma verdadeira confederação. O argumento que consiste em dizer: "Os Estados Unidos são a única democracia presidencialista os outros são parlamentaristas, donde o presidencialismo não funciona", não serve, é um argumento que não tem valor explicativo. As outras democracias são parlamentaristas por causa da evolução específica da história europeia. O estado brasileiro como os Estados Unidos, é um velho estado do Novo Mundo, tem outra história, outros condicionantes.

**IEB:** O único caso de semipresidencialismo que eu conheço melhor é o da Irlanda. Há um presidente mas ele não faz quase nada. É como se fosse um monarca. Como na Bélgica. Ele foi eleito pelo voto direto, mas não dirige o país.

**R.:** Mesmo estes seis países, aos quais o Brasil quer se juntar, cada um deles tem uma situação muito diferente. A Irlanda foi fundada em 1922, a partir da monarquia inglesa e tinha lá um lugar de soberano

que precisava ser ocupado para equilibrar o Parlamento e eles elegeram um presidente com poderes restritos. Em Portugal também saiu assim, porque os militares tinham muito peso depois de 1974, eles é que derrubaram a longa ditadura salazarista. Daí elegeu-se um presidente ligado ao MFA ao lado do Primeiro-Ministro. Na França pesou De Gaulle, o prestígio de De Gaulle. Na Áustria, foi também a herança do império Austro-Húngaro. Enfim, cada destes países tem uma história de equilíbrio que eles acharam pouco a pouco, e não foi dado imediatamente pelo texto constitucional. Mesmo quando a Constituição era bastante explícita, havia ainda o consenso para fortalecer as instituições. A outra coisa que falta dizer, também, é o seguinte: esta reforma parlamentarista, que na verdade é semi-presidencialista, agora está sendo apoiada pelo presidente Collor. Parece que ele está a favor por uma razão muito clara: cedendo, teoricamente, uma parte de suas prerrogativas de Primeiro-Ministro, ele vai querer a renovação do mandato dele, a possibilidade constitucional de ser reeleito.

**IEB:** É praticamente vitalício o cargo de Presidente nesses países?

**R.:** Não. Tem um mandato. Um mandato longo, renovável, o Mitterrand vai ficar 14 anos. Se tivesse idade, se quisesse, concorreria a outro mandato de sete anos e poderia ficar 21 anos na presidência, muito mais tempo que a grande maioria dos reis da França. Então o presidente Collor está vendo isso, cria um centrão, de onde sairá também um Primeiro-Ministro dele e na outra ponta ele renova o mandato por mais 5 anos, aí fica 10, 15 anos na presidência. Está havendo uma aliança perversa entre colloridos e tucanos, na questão do parlamentarismo... Nas duas partes tem um cálculo político bem oposto. Os tucanos estão de boa fé, querem reformar o país, garantir a democracia, mas os outros querem prorrogar o mandato do Collor e ter no Parlamento um Centrão que nomeie sempre um Primeiro-Ministro de araque. Pretendem controlar um Parlamento de araque, com um Presidente que tenha a totalidade do poder e que fica em vez de 5, 10, 15 anos. É isso que estão nos preparando.